



# Biblioteconomia e os **Ambientes** de Informação 2

---

Guilhermina de Melo Terra  
(Organizadora)

 **Atena**  
Editora

Ano 2019

Guilhermina de Melo Terra  
(Organizadora)

# Biblioteconomia e os Ambientes de Informação 2

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora

**Editora Executiva:** Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Antonella Carvalho de Oliveira  
**Diagramação:** Natália Sandrini  
**Edição de Arte:** Lorena Prestes  
**Revisão:** Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

## Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

## Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

## Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof.<sup>a</sup> Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.<sup>a</sup> Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
B582	Biblioteconomia e os ambientes de informação 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Guilhermina de Melo Terra. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Biblioteconomia e os Ambientes de Informação; v. 2)  Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-342-2 DOI 10.22533/at.ed.422192205  1. Arquivologia. 2. Biblioteconomia – Pesquisa – Brasil. 3. Ciência da informação. I. Terra, Guilhermina de Melo. II. Série.  CDD 020.981
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

A obra “Biblioteconomia e os Ambientes da Informação”, editada pela Atena Editora compreender uma série, constituída por dois volumes, cujas temáticas encontram-se ligadas à área da Ciência da Informação. Esta área, compreende um campo interdisciplinar, voltado para o processo de “[...] análise, coleta, classificação, manipulação, armazenamento, recuperação e disseminação da informação” (SILVA, 2015, p.1).

Nesta perspectiva, os capítulos que compõem este Volume 2, de forma benéfica, tratam acerca da aplicabilidade da informação, em diversos suportes, junto às organizações, de modo a melhor cumprirem sua missão organizacional, uma vez que os artigos versam sobre a gestão de bibliotecas, sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos espaços informacionais, sobre a estrutura e operações dos repositórios institucionais, sobre a aplicabilidade de estudos bibliométricos, bem como sobre os acervos e práticas estabelecidas pelas organizações arquivistas, definidas aqui como ambientes informacionais.

No que se refere ao **Eixo “Gestão da Biblioteca”**, este volume apresenta os seis primeiros capítulos da obra, assim distribuídos: o primeiro capítulo, intitulado “A administração discursiva das bibliotecas orientadas para o desenvolvimento sustentável” trata acerca do fazer ético, junto à administração das bibliotecas, enquanto organizações complexas. O segundo capítulo, denominado “A atuação da assessoria à Rede de Bibliotecas no Sistema FIRJAN: gestão, incentivo à inovação e criatividade” apresenta o trabalho da assessoria, junto à Rede de Bibliotecas do Sistema FIRJAN. Intitulado “A consolidação da rede de bibliotecas da educação adventista”, o terceiro capítulo aborda sobre o processo de criação do sistema de bibliotecas que compõem a Rede da Educação Adventista, a qual integra 166 bibliotecas do Brasil. O capítulo quatro, “A necessidade do uso do descarte no acervo da Biblioteca Profº Carlos Alberto Barbosa – IFRJ – Campus Nilópolis”, destaca a importância da política de descarte para o funcionamento da biblioteca do Instituto Federal do Rio de Janeiro – Campus Nilópolis. Definido “Biblioteca de História das Ciências e da Saúde na preservação da memória: proposta metodológica de transferência de acervo bibliográfico”, o quinto capítulo apresenta os procedimentos adotados pelos profissionais da biblioteca, de modo a não danificar o acervo durante a transferência do acervo do prédio antigo para o prédio atual. Fechando este primeiro eixo, temos o capítulo sexto, “O uso do modelo SECI em bibliotecas como guia para suporte à gestão do conhecimento”, o qual aborda a importância do Modelo SECI para o processo de gestão do conhecimento e funcionamento da biblioteca.

O **Eixo “Tecnologia da Informação e Comunicação”** é constituído por cinco capítulos. Definido como capítulo sete, o artigo “Comunicação da ciência na era da internet: visibilidade e internacionalização”, apresenta o contributo das tecnologias digitais na evolução da comunicação científica em ambientes de ensino e pesquisa.

O oitavo capítulo, “Cortando gastos em tempo de crise: a biometria substituindo o cartão de usuário”, apresenta as vantagens da implantação do cadastro biométrico dos usuários da Biblioteca Central Julieta Carteadó, junto ao atendimento dos usuários. Intitulado “Digitalização e publicação *online* da Revista Leprosy Review de 1928-2001: relato de experiência”, o nono capítulo visa discutir acerca do processo de digitalização da revista em tela no meio eletrônico. O décimo capítulo é definido como “Ideologia e utopia dos discursos na Wikipédia” e visa apresentar o estudo feito acerca do uso da Wikipédia como ferramenta da busca. Por fim, o décimo primeiro capítulo, denominado “Preservação da informação digital” pretende analisar os avanços proporcionados pelo uso dos recursos computacionais aplicados à conservação e preservação da informação digital.

Para compor o **Eixo “Repositórios Institucionais”**, o capítulo décimo segundo, definido como “A Biblioteca Marechal Rondon e seus acervos digitais”, trata do repositório da biblioteca Marechal Rondon, o qual é constituído por um rico acervo sobre a temática indígena brasileira, enquanto que o décimo terceiro capítulo, definido como “Repositórios institucionais: promovendo o alcance dos objetivos da agenda 2030 da ONU” apresenta os repositórios institucionais como ferramentas utilizadas para o alcance dos objetivos do desenvolvimento sustentável exposto pela IFLA, o qual toma por base a agenda 2030 da ONU.

Os capítulos décimo quarto e décimo quinto tem os artigos que tratam do **Eixo “Bibliometria”**. Assim, o décimo quarto capítulo, “Estudo bibliométrico do acervo Raimundo Jinkings, integrante do Memorial do Livro Moronguêta da UFPA” objetiva apresentar os resultados da análise bibliométrica do acervo que pertenceu a Raimundo Jinkings. Intitulado “Qualidade, produtividade e estratégias de operações: uma revisão bibliométrica”, o capítulo décimo quinto, apresenta uma revisão bibliométrica sobre qualidade, processos e estratégias de operações para garantir maior vantagem competitiva, a partir do crescimento econômico e financeiro de uma organização.

Fechando este Volume 1, o **Eixo “Organizações Informacionais”** é formado por artigos que apresentam as organizações arquivísticas como objeto de estudo. Posto isto, o capítulo décimo sexto, “A fotografia nos arquivos: um breve estudo sobre a necessidade de uma gestão documental”, versa sobre a legitimação da fotografia, enquanto documento arquivístico, a partir de um estudo sobre materiais fotográficos em arquivos. O capítulo décimo sétimo, “A memória é refletida em um acervo ou um acervo reflete a memória?”, resgata a memória e a história, a partir do arquivo pessoal de Santos Dumont. Definido como “Análise da aplicabilidade do princípio da proveniência associado à representação da informação arquivística no acervo intermediário do IFPB – Campus João Pessoa”, o décimo oitavo capítulo aborda as contribuições do uso correto do princípio da proveniência, junto ao acervo intermediário do Arquivo Central do IFPB – Campus João Pessoa. O capítulo décimo nono é intitulado “Inovação na gestão de documentos: a proposta de implantação da tipologia documental no âmbito dos recursos humanos da Fundação Oswaldo Cruz”, visa apresentar os resultados da

gestão documental aplicado, junto ao arquivo da Fundação Oswaldo Cruz. Com o título “Notas sobre o patrimônio de ciência e tecnologia em registros fotográficos: o acervo da UFPE, a Ciência e os Cientistas”, o vigésimo capítulo visa abordar as reflexões acerca do patrimônio de ciência e tecnologia, contido no acervo fotográfico da UFPE. Em relação ao vigésimo primeiro capítulo, denominado “O acervo do Departamento de Oceanografia da Universidade Federal do Rio Grande: relato de experiência”, objetiva tratar sobre o procedimento referente ao diagnóstico e tratamento arquivístico junto ao acervo do extinto Departamento de Oceanografia e da Universidade Federal do Rio Grande. O vigésimo segundo capítulo, “Por um acervo digital de partituras de música brasileira”, discute meios de integração e ampliação dos arquivos de partituras de música brasileira, a fim de ampliar sua visibilidade e acesso. Já o capítulo vigésimo terceiro, denominado “Proposta para a criação de um vocabulário controlado a partir do Sistema de Informações do Arquivo Nacional do Brasil (SIAN)”, propõe a criação de um vocabulário controlado, tomando por base o SIAN, a fim de contribuir com a atividade de descrição, a ser desenvolvida pelo profissional arquivista.

Como se pode notar, este segundo volume encontra-se recheado de reflexões capazes de contribuir para uma sólida discussão acerca da prática biblioteconômica e arquivística. Por esta razão, em nome da Atena Editora, ao mesmo tempo em que agradecemos aos autores pela contribuição, desejamos aos leitores uma excelente leitura.

Guilhermina de Melo Terra

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A ADMINISTRAÇÃO DISCURSIVA DAS BIBLIOTECAS ORIENTADAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	
Clóvis Ricardo Montenegro de Lima Fátima Santana da Silva José Rodolfo Tenório Lima	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4221922051</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>18</b>
A ATUAÇÃO DA ASSESSORIA À REDE DE BIBLIOTECAS DO SISTEMA FIRJAN: GESTÃO, INCENTIVO A INOVAÇÃO E CRIATIVIDADE	
Bernardo José de Oliveira Palma Daisy Margareth Alcáçova de Sá Pimentel	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4221922052</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>29</b>
A CONSOLIDAÇÃO DA REDE DE BIBLIOTECAS DA EDUCAÇÃO ADVENTISTA	
Liliane Giusti Serra Raquel Pinto Correia Gisele Tosi de Santa Clara	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4221922053</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>35</b>
A NECESSIDADE DO USO DO DESCARTE NO ACERVO DA BIBLIOTECA PROFº CARLOS ALBERTO BARBOSA – IFRJ – CAMPUS NILÓPOLIS	
Cássia Rosania Nogueira dos Santos Cintia Luciano de Paiva Josiane Borges Pacheco Heloisa Souto de Lima	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4221922054</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>45</b>
BIBLIOTECA DE HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS E DA SAÚDE NA PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA: PROPOSTA METODOLÓGICA DE TRANSFERÊNCIA DE ACERVO BIBLIOGRÁFICO.	
Eliane Monteiro de Santana Dias Jeorgina Gentil Rodrigues	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4221922055</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>52</b>
O USO DO MODELO SECI EM BIBLIOTECAS COMO GUIA PARA SUPORTE A GESTÃO DO CONHECIMENTO	
Gil Eduardo Amorim Vieira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4221922056</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>59</b>
COMUNICAÇÃO DA CIÊNCIA NA ERA DA INTERNET: VISIBILIDADE E INTERNACIONALIZAÇÃO	
Raimunda Ribeiro Lídia Oliveira Cassia Furtado	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4221922057</b>	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>75</b>
CORTANDO GASTOS EM TEMPO DE CRISE: A BIOMETRIA SUBSTITUINDO O CARTÃO DE USUÁRIO	
<a href="#">Rejane Maria Rosa Ribeiro</a> <a href="#">Maria do Carmo Sá Barreto Ferreira</a> <a href="#">Isabel Cristina Nascimento Santana</a> <a href="#">Solange dos Santos Rocha</a> <a href="#">Ana Martha Machado Sampaio</a> <a href="#">Gerusa Maria Teles de Oliveira</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4221922058</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>80</b>
DIGITALIZAÇÃO E PUBLICAÇÃO ONLINE DA REVISTA LEPROSY REVIEW DE 1928-2001 – RELATO DE EXPERIÊNCIA	
<a href="#">Andrea Cristina Bogado</a> <a href="#">Alessandra Carriel Vieira</a> <a href="#">Juliana Lourenço Sousa</a> <a href="#">Marcos da Cunha Lopes Virmond</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4221922059</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>91</b>
IDEOLOGIA E UTOPIA DO DISCURSO NA WIKIPÉDIA	
<a href="#">Marcio Gonçalves</a> <a href="#">Elaine Vidal</a> <a href="#">Fabiana Crispino</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.42219220510</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>103</b>
PRESERVAÇÃO DA INFORMAÇÃO DIGITAL	
<a href="#">Francisco Carlos Paletta</a> <a href="#">Luara Martins Oliveira Ramos</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.42219220511</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>118</b>
A BIBLIOTECA MARECHAL RONDON E SEUS ACERVOS DIGITAIS	
<a href="#">Rodrigo Piquet Saboia de Mello</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.42219220512</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>127</b>
REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS: PROMOVENDO O ALCANCE DOS OBJETIVOS DA AGENDA 2030 DA ONU	
<a href="#">Layde Dayelle dos Santos Queiroz</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.42219220513</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>132</b>
ESTUDO BIBLIOMÉTRICO DO ACERVO RAIMUNDO JINKINGS, INTEGRANTE DO MEMORIAL DO LIVRO MORONGUÊTÁ DA UFPA	
<a href="#">Elisangela Silva da Costa</a> <a href="#">Suelene Santana Assunção</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.42219220514</b>	

**CAPÍTULO 15 ..... 139**

QUALIDADE, PRODUTIVIDADE E ESTRATÉGIAS DE OPERAÇÕES: UMA REVISÃO BIBLIOMÉTRICA

Raissa Cristina Pereira  
Renata Alessandra Evangelista  
Lucas Augusto de Carvalho Ribeiro  
Liliane Guimarães Rabelo  
Jackeliny Dias da Silva  
Vanessa Bitencourth dos Santos  
Lucas Chagas Gomes  
Aline Mirian da Silva  
Luan Aparecido Oloco de Oliveira  
Ingride Chagas Gomes  
Marcos Alves Gomes  
Serigne Ababacar Cissé Ba

**DOI 10.22533/at.ed.42219220515**

**CAPÍTULO 16 ..... 149**

A FOTOGRAFIA NOS ARQUIVOS:UM BREVE ESTUDO SOBRE A NECESSIDADE DE UMA GESTÃO DOCUMENTAL

Luciene de Castro Braga  
Alessandro Ferreira Costa

**DOI 10.22533/at.ed.42219220516**

**CAPÍTULO 17 ..... 160**

A MEMÓRIA É REFLETIDA EM UM ACERVO OU UM ACERVO REFLETE A MEMÓRIA?A QUESTÃO DA MEMÓRIA NO ARQUIVO PESSOAL DE SANTOS DUMONT

Bárbara Cristina Barbosa Pinto da Silva

**DOI 10.22533/at.ed.42219220517**

**CAPÍTULO 18 ..... 168**

ANÁLISE DA APLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA PROVENIÊNCIA ASSOCIADO À REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA NO ACERVO INTERMEDIÁRIO DO IFPB - CAMPUS JOÃO PESSOA

Gregório Goldman dos Santos Felipe  
Anna Carla Silva de Queiroz

**DOI 10.22533/at.ed.42219220518**

**CAPÍTULO 19 ..... 180**

INOVAÇÃO NA GESTÃO DE DOCUMENTOS: A PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO DA TIPOLOGIA DOCUMENTAL NO ÂMBITO DOS RECURSOS HUMANOS DA FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Lucina Ferreira Matos  
Juliana Christina do Carmo Silva

**DOI 10.22533/at.ed.42219220519**

**CAPÍTULO 20 ..... 199**

NOTAS SOBRE O PATRIMÔNIO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM REGISTROS FOTOGRÁFICOS: O ACERVO DA UFPE, A CIÊNCIA E OS CIENTISTAS

Emanuela Sousa Ribeiro  
Ana Cláudia de Araújo Santos

**DOI 10.22533/at.ed.42219220520**

<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>219</b>
O ACERVO DO DEPARTAMENTO DE OCEANOGRAFIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE: RELATO DE EXPERIÊNCIA	
<a href="#">Maria de Fátima Correa</a>	
<a href="#">Evelin Mintegui</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.42219220521</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>231</b>
POR UM ACERVO DIGITAL DE PARTITURAS DE MÚSICA BRASILEIRA	
<a href="#">Rosana S. G. Lanzelotte</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.42219220522</b>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>242</b>
PROPOSTA PARA A CRIAÇÃO DE UM VOCABULÁRIO CONTROLADO A PARTIR DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO ARQUIVO NACIONAL DO BRASIL (SIAN)	
<a href="#">Mariane Costa Pinto</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.42219220523</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>253</b>

## O ACERVO DO DEPARTAMENTO DE OCEANOGRAFIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE: RELATO DE EXPERIÊNCIA

### **Maria de Fátima Correa**

Arquivista e Especialista em Arquivos  
Permanentes - Universidade Federal do Rio  
Grande (FURG) - marfat@hotmail.com.br

### **Evelin Mintegui**

Arquivista, Cientista social, Especialista em  
Gestão de Arquivos e Mestre em Ciências Sociais.  
Professora do Instituto de Ciências Humanas e  
da Informação (FURG), Doutoranda no Programa  
de Pós-Graduação em Ciência da Informação  
(UFSC). eminteguimail@gmail.com

**RESUMO:** Este trabalho tem como objetivo apresentar o diagnóstico e as intervenções realizados no acervo do extinto Departamento de Oceanografia e da Universidade Federal do Rio Grande - FURG. Ao iniciar o processo de tratamento arquivístico, foram realizadas atividades de ordenação, arquivamento e descrição de parte do conjunto documental, apoiadas em referenciais teóricos que as sustentaram e dirigiram. Conclui tecendo reflexões sobre a necessidade de continuidade do trabalho, bem como acerca de suas potencialidades como parte do patrimônio documental universitário.

**PALAVRAS CHAVE:** Diagnóstico arquivístico. Tratamento arquivístico. Departamento de Oceanografia. Universidade Federal do Rio Grande - FURG.

### THE OCEANOGRAPHY DEPARTMENT ARCHIVES OF THE FEDERAL UNIVERSITY OF RIO GRANDE: EXPERIENCE REPORT

**ABSTRACT:** This work aims to present the diagnosis and interventions made in the archive group of the extinct Department of Oceanography and the Federal University of Rio Grande - FURG. At the beginning of the process of archival treatment, activities of ordering, archiving and description of part of the documentary set were carried out, supported by theoretical references that supported and directed them. It concludes by weaving reflections on the need for continuity of work, as well as on its potentialities as part of the university documentary heritage.

**KEYWORDS:** Archival diagnosis. Archival treatment. Department of Oceanography. Federal University of Rio Grande - FURG.

### 1 | INTRODUÇÃO

Este relato de experiência tem como objetivo apresentar o diagnóstico arquivístico e as intervenções realizados no acervo do Departamento de Oceanografia da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, apresentando as reflexões realizadas através da literatura arquivística, que determinaram o planejamento das ações de intervenção no acervo.

Tendo em vista a importância deste departamento para a visibilidade da Universidade e da cidade de Rio Grande, este trabalho justificou-se na medida em que a execução das atividades propostas permite que pesquisadores e comunidade conheçam a história deste departamento e entendam sua relevância para o meio acadêmico, social, cultural e científico da Universidade e da comunidade em geral.

Além disso, tal experiência permitiu pôr em prática o aprendizado obtido durante a vida acadêmica. Do mesmo modo, proporcionou uma maior compreensão da identidade da própria acadêmica e sua relação com a cidade, uma vez que o Departamento de Oceanografia teve um impacto significativo na universidade, município e região.

Assim, segue abaixo uma breve apresentação do Departamento de Oceanografia da FURG e de seus documentos. Logo, apresentam-se definições sobre as funções arquivísticas de classificação, avaliação e descrição, seguidas de considerações acerca dos arquivos universitários e das reflexões que surgiram quando do planejamento das atividades de intervenção em um período temporal determinado (150 horas), destinado à realização de estágio supervisionado.

## 2 | O DEPARTAMENTO DE OCEANOGRAFIA E SEUS DOCUMENTOS

O Curso de Oceanologia foi criado em 1970 na FURG, tendo sido reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC) em 1975. Pioneiro em nível de graduação no país, o curso propunha-se a formar profissionais nas linhas biológica e geológica. A criação do curso de oceanologia foi considerada um marco no desenvolvimento da universidade como um todo, uma vez que, até os dias atuais, a FURG identifica-se como uma instituição voltada para os sistemas costeiros e oceânicos. No mesmo ano, passa a operar o Departamento de Oceanografia, instância organizacional que regulava as atividades de ensino, pesquisa e extensão, e que, mais tarde, acolheria laboratórios específicos, equipamentos oceanográficos, meios flutuantes, biblioteca, museu, entre outros.

O Departamento de Oceanografia também deu início ao primeiro curso de mestrado em Oceanografia Biológica, ao doutorado em Oceanografia e à pós-graduação em Oceanografia física, química e geológica, tendo sido convidado a participar do Projeto Antártico Brasileiro (PROANTAR<sup>1</sup>) e inaugurado o primeiro Pavilhão da Estação de Apoio Antártico (ESANTAR).

O formato departamental da universidade mantém-se até 2008, quando passa por grande reestruturação. Um novo estatuto é aprovado, promovendo diversas mudanças na estrutura administrativa e acadêmica, inclusive com a mudança do

---

1. "Considerando a política governamental brasileira de exploração do continente antártico, a Universidade Federal do Rio Grande - FURG, pela sua localização geográfica estratégica e vocação eminentemente marítima, foi convidada a participar do Projeto Antártico Brasileiro - PROANTAR, a partir de 1982. Mediante convênio celebrado entre a FURG e a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) novas instalações foram construídas e habilitadas, surgindo a Estação de Apoio Antártico - ESANTAR, administrada pela Coordenação de Apoio às Operações na Antártica, da FURG." (BRASIL, 2018, s. p.), disponível em <http://www.esantar.furg.br/>.

nome da universidade que passa a se denominada de Universidade Federal do Rio Grande – FURG (antes Fundação). Criam-se, com isso, treze unidades acadêmicas, entre elas, o atual Instituto de Oceanografia.

Este relato de experiência concentra-se em documentação acumulada no período entre 1978 e 2008, custodiada no Arquivo Geral, que perfaz um total de 48 caixas de arquivo de papelão (6,72 metros lineares de documentos em suporte papel), armazenada em estantes de aço identificadas cronologicamente com a data referente à documentação encontrada em seu interior. As caixas que contêm o acervo não se encontravam em bom estado de conservação, mas os documentos em seu interior apresentavam-se em condições regulares.

Foi selecionado um recorte para tratamento, uma vez que estas atividades foram desenvolvidas durante estágio curricular e o tempo de dedicação era limitado. Foram selecionados os documentos considerados de guarda permanente, considerando as classes e os prazos definidos pelos Planos de Classificação e Tabelas de Temporalidade Meio da Administração Pública Federal e de atividade-fim das Instituições Federais de Ensino Superior. Verificou-se que o fundo ainda não havia passado por nenhum processo de avaliação ou eliminação até então.

De maneira geral, os documentos do conjunto em questão tratam de assuntos diversos pertinentes ao departamento. Entre os tipos documentais encontrados citam-se o relatório anual de atividades e os dossiês intitulados “planos de atividades”.

Entendemos, a partir dos critérios enumerados por Duchein (1982), que o conjunto de documentos do Departamento de Oceanografia seria considerado um conjunto fechado do Fundo FURG, posto que não mais está em atividade. Entretanto, a denominação do nível de classificação e descrição será discutida mais adiante.

Considerando esses dados acerca do Departamento de Oceanografia e seus documentos, o trabalho teve como escopo aqueles intitulados “planos de atividades”, reconhecidos como de guarda permanente, contidos em oito caixas arquivo, totalizando onze dossiês. Verificou-se que esses dossiês eram relatórios criados e organizados pela Secretaria do Departamento. Essa atribuição consta no Regimento Interno do Departamento de Oceanografia<sup>2</sup>: “auxiliar na elaboração de relatórios e projetos do Departamento” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE, 1993).

Como operações da intervenção, estabeleceu-se que seriam realizadas a ordenação, o arquivamento, a descrição e criação de um instrumento de pesquisa.

### **3 | AS FUNÇÕES ARQUIVÍSTICAS DE CLASSIFICAÇÃO, AVALIAÇÃO, DESCRIÇÃO E ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS: O EMBASAMENTO TEÓRICO**

Para realizar tais operações, foi necessário situá-las teoricamente para que fosse possível tomar decisões tecnicamente acertadas.

2. Artigo 55, inciso j, aprovado pelo colegiado do departamento, conforme ata 07/90 em 31 de maio de 1990 e alterado pelo colegiado do departamento, conforme ata 06/93 de 03 de maio de 1993.

Sobre a função arquivística de classificação, Sousa (2012) menciona que a classificação consiste em uma atividade intelectual, e Lopes (1996, p. 99) acrescenta que um acervo que é guardado sem ser classificado está “no limbo do universo do conhecimento”, pois, de acordo com o autor, será impossível ter qualquer tipo de acesso a ele.

Para Schellenberg (2006), a classificação reflete a organização da instituição e, para tanto, podem ser utilizados princípios de função, estrutura e assunto, ressaltando que este último deve ser evitado como critério. Quanto à classificação estrutural, Gonçalves (1998) afirma que ela apresenta algumas desvantagens, pois as instituições podem apresentar estruturas que não representem a totalidade das funções e atividades da instituição e sofrer constantes alterações. Bernardes e Delatorre (2008, p. 21) defendem a classificação funcional, pois, além de manifestar “a representação lógica das funções, subfunções e atividades do organismo produtor”, apresenta-se como solução mais duradoura.

Para Sousa (2008, p. 125), “a classificação persegue um fim, um objetivo, uma finalidade. No caso dos arquivos, é a organização dos documentos”. O autor aponta esse como um dos princípios e requisitos que os filósofos e estudiosos da classificação norteiam seus conceitos, e entende que tais requisitos e princípios são relevantes para a elaboração de planos de classificação. Aponta, ainda, que a classificação é um processo que consiste a) na ação intelectual de construir esquemas de classificação; b) na aplicação desses esquemas aos conjuntos de documentos, determinando a “forma de disposição dos tipos documentais dentro do esquema de classificação” – ordenação, c) na “ação física de colocar os documentos em caixas orientadas pelo esquema de classificação” – arquivamento; e d) na codificação – ato de atribuir uma simbologia (geralmente numérica) que facilite a identificação da categoria de classificação atribuída. Portanto, percebe-se que a classificação é uma atividade essencial nas práticas arquivísticas, pois objetiva facilitar a recuperação da informação, minimizando recursos e tempo.

A avaliação de documentos de arquivo é uma função que tem por objetivo definir os prazos de guarda e a destinação final dos documentos. Embora existam distintas teorias que podem vir a embasar a construção de instrumentos de destinação de documentos, no Brasil, as políticas públicas arquivísticas refletem a teoria do valor dos documentos. O resultado do processo de valoração documental configura a Tabela de Temporalidade. No caso das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), os instrumentos aplicáveis são o Código de Classificação, Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-Meio da Administração Pública, o Plano de Classificação e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-Fim das IFES (ARQUIVO NACIONAL, 2001; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2013).

Acerca da descrição, entende-se esta como uma função em que as informações e os conteúdos descritos nos documentos representem de maneira correta as unidades

descritas. De acordo com o DBTA, “a descrição é o conjunto de procedimentos que leva em conta os elementos formais e conteúdo dos documentos para a elaboração de instrumentos de pesquisa” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 67). Por sua vez, Machado e Camargo (2000, p. 35) a definem como um “conjunto de procedimentos que a partir de elementos formais e de conteúdo, permitem a identificação de documentos [...]”.

Sobre outro aspecto da descrição, Bellotto (2006, p. 173) a considera como “tarefa típica dos arquivos permanentes”. Em contrapartida, Lopes (2009) afirma que a descrição ocorre em todos os momentos de tratamento dos documentos, pois é uma atividade intelectual, não sendo pertinente apenas aos documentos permanentes. O autor afirma também que o propósito da descrição é a pesquisa e a divulgação do acervo e que, portanto, pode ser realizada em todas as fases arquivísticas.

De acordo com o exposto, os conceitos de descrição são divergentes, por isso ao longo dos anos surgiu a necessidade de padronização dos conceitos e procedimentos descritivos e, assim, as normas de descrição foram criadas, tendo como objetivo a normalização descritiva.

De acordo com Llanes Padron (2012, p. 55), “desde sus orígenes, la archivística ha estado determinada por la obligación de responder a la necesidad de las personas de consultar y acceder a los documentos de los Archivos”. Desta forma, conforme aponta Llanes Padron (2012), sob um panorama abrangente as definições de descrição arquivísticas existentes antes da normalização descritiva Internacional são similares em três elementos que sempre foram contemplados em todos os conceitos: atividade realizada, finalidade desejada e o resultado obtido.

Em contrapartida, após a concepção da Norma Internacional de Descrição Arquivística – ISAD (G), o propósito da descrição arquivística começa a delinear-se de outra forma, sob a perspectiva de novos parâmetros. De acordo com Llanes Padrón (2012), antes da ISAD (G) o propósito era o de criar instrumentos de busca para proporcionar acesso e controle aos fundos. Porém, após a elaboração da norma ISAD (G), o propósito da descrição arquivística passou a ser o de representar unidades de descrição para que seja possível identificar, gerir, localizar e explicar os contextos e sistemas, bem como estruturar funcionalmente o conteúdo dos documentos. Quanto às atividades, essas se concentraram mais nas necessidades de capturar a informação representando de forma exata e concisa as unidades de descrição.

A Norma Internacional de Descrição Arquivística, a ISAD (G), foi criada em 1994, tendo sido desenvolvida entre os anos de 1990 e 1993 e sua segunda edição atualizada e publicada no ano 2000. Conta com vinte e seis elementos descritores, sendo seis deles obrigatórios. Essa norma tem por tarefa facilitar e recuperar a informação, garantir uma descrição consistente. A ISAD (G) baseia-se em uma descrição multinível que permite descrever acervos, fundos, seções, séries, processos ou itens documentais inseridos num contexto que relaciona os documentos a sua produção. Desta forma, de acordo com a ISAD (G), existem quatro regras para a descrição multinível:

Descrição do Geral para o particular: esta regra visa representar o contexto e a estrutura hierárquica do fundo e suas partes componentes.

Informação relevante para o nível de descrição: esta regra representa com rigor o contexto e o conteúdo da unidade de descrição.

Relação entre descrições: esta regra objetiva explicitar a posição da unidade de descrição na hierarquia.

Não repetição da informação: esta regra possui a finalidade de evitar redundância de informação em descrições hierarquicamente relacionadas. (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2001. p. 11)

Neste panorama, contempla-se a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), uma norma de descrição nacional, publicada no ano de 2006. Apresenta vinte e oito elementos descritores, dos quais sete são obrigatórios; possui seis principais níveis descritores, níveis intermediários e oito áreas de descrição. Visa a padronização e normalização descritiva, e estrutura a informação com o mínimo de intervenção na descrição apresentada. Os seis níveis de descrição da NOBRADE, embasados na ISAD-G, são os seguintes:

Acervo da entidade custodiadora (nível 0), fundo ou coleção (nível 1), seção (nível 2), série (nível 3), dossiê ou processo (nível 4) e item documental (nível 5). São admitidos como níveis intermediários o acervo da subunidade custodiadora (nível 0,5), a subseção (nível 2,5) e a subsérie (nível 3,5). (BRASIL, 2006, p. 11).

O paradigma pré-normalização definia descrição arquivística como a criação de instrumentos de pesquisa. De acordo com o Arquivo Nacional (2005, p. 108), um instrumento de pesquisa é um “meio que permite a identificação, localização ou consulta a documentos ou a informações neles contidas”.

Bellotto (2006) entende os instrumentos de pesquisa como obras que identificam, localizam, resumem ou transcrevem documentos. Os instrumentos de pesquisa mais utilizados são guias, inventários, índices, catálogos, catálogo seletivo. Para a autora, o guia é o instrumento mais abrangente, destinado ao grande público. Quanto ao inventário, enfatiza que este é um “instrumento de pesquisa que descreve conjuntos documentais ou partes do fundo. É um instrumento do tipo parcial, trazendo descrição sumária e não analítica esta própria do catálogo” (BELLOTTO 2006, p. 197). Por sua vez, catálogo seletivo, ainda de acordo com a autora, é um “instrumento de pesquisa que traz uma relação seletiva de documentos pertencentes a um ou mais fundos e no qual cada peça integrante de uma unidade de arquivamento descrita minuciosamente”, de acordo com (BELLOTTO, 2006, p. 212).

Outra definição, desta vez apresentada por Lopez (2002, p. 33), aponta o seguinte: os “catálogos seletivos transcendem a dimensão arquivística dos catálogos convencionais ao escolher documentos que atendam a critérios temáticos, independentemente de sua posição no plano de classificação, podendo, inclusive, reunir documentos de fundos e arquivos distintos”.

Considerou-se relevante compreender o universo dos arquivos universitários de

maneira geral. De acordo com Bellotto (2014), Arquivos Universitários são um tipo de Arquivo que possuem uma singularidade e uma missão: a de prover, gestar e preservar a memória educacional e cultural que extrapola os limites de um Campus, abarcando todo o entorno de seus muros alcançando a todos que dela precisem.

Bellotto (2014) aponta, ainda, a importância dos Arquivos Universitários ao referir-se a eles como fontes do conhecimento acadêmico:

De um lado a Universidade: de outro, os arquivos> Estes, com suas atividades informativas, sejam técnico-administrativas, sejam as sócias culturais, também compromissados com a sociedade a que servem, seja no domínio do direito público, seja no do privado. Qual é a posição da função arquivística dentro das instituições de ensino superior? Para melhor poder discerni-la, é preciso focar o perfil e a evolução de cada um. Arquivos e Universidade. Esta que não é repartição pública, nem empresa comercial; que também não é indústria do conhecimento nem indústria de ensinar (BELLOTTO, 2014, p. 64-65).

Por outro lado, a autora questiona de que maneira Arquivistas e Universidades convergem para melhor servir a sociedade e a academia, apontando que “a curiosidade que o homem sempre teve talvez possa ser o caminho para a convergência, isto é, justamente o cerne da origem das Universidades” (BELLOTTO, 2014, p. 68).

Deste modo, percebe-se que o surgimento dos cursos de Arquivologia nos anos 1970 possibilitam a expansão e o desenvolvimento dos Arquivos principalmente nas Universidades, pois, sendo Instituições ligadas ao fomento do saber, produzem relevantes documentos de interesse da população em geral. Nesse sentido, pode-se caracterizar os Arquivos Universitários como um:

[...] conjunto de documentos, tanto institucionais quanto privados, produzidos, recebidos e acumulados por estabelecimento de ensino superior no curso da gestão jurídico-acadêmica- administrativa que servem de suporte informacional e prova de evidência no exercício de suas funções constituindo a memória Institucional (BOTTINO, 1995, p. 67).

Deste modo, a partir do conceito supracitado, percebe-se que os Arquivos Universitários como produtos de Instituições do Ensino Superior que geram saberes devem ser de contributos e apoio pedagógico ao desenvolvimento destas.

Bellotto (2014) corrobora o exposto, acrescentando que:

O papel principal dos arquivos universitários subdivide-se em: 1. reunir, processar, divulgar e conservar todos os documentos relativos à administração, à história e ao funcionamento/desenvolvimento da Universidade; 2. avaliar e descrever estes documentos, tornando possível seu acesso, segundo as políticas e procedimentos elaborados especificamente para estes fins; 3. supervisionar a eliminação, ter o controle da aplicação das tabelas de temporalidade, a fim de que nenhum documento de valor permanente seja destruído (BELLOTTO, 2014, p. 74).

Sob este viés, nota-se que os Arquivos Universitários possuem a missão de difundir e valorizar o Patrimônio Documental que mantém sob sua custódia. Assim, passamos a considerar essas questões teóricas e suas implicações no planejamento e execução das atividades realizadas no conjunto de documentos do Departamento de Oceanografia da FURG.

## 4 | REFLEXÕES E IMPACTOS NO PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES

Considerando o contexto de produção dos documentos do Departamento de Oceanografia, apresenta-se agora algumas das reflexões advindas da teoria arquivística.

Uma das primeiras considerações refere-se ao conceito de classificação. Não seriam criados instrumentos de classificação, mas implementados os planos de classificação Código de Classificação, Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-Meio da Administração Pública, o Plano de Classificação e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-Fim das IFES.

Questionou-se o potencial de representação do contexto de produção dos documentos através desse plano de classificação, uma vez que o Departamento de Oceanografia data de fins dos anos 1970. Além disso, diante das considerações de Schelenberg, Gonçalves e Bernardes e Delatorre, que apresentam a classificação funcional como a mais indicada para representar a produção e, por consequência, a organização dos documentos de arquivo, verifica-se que o instrumento de classificação do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) parte do princípio assunto, o menos indicado para as especificidades de um fundo arquivístico. Embora afirmemos as limitações do instrumento, entendeu-se que a melhor decisão seria a de adotar a política institucional, de acordo com as normativas do Sistema Nacional de Arquivos.

Ainda acerca da classificação arquivística, alteramos a denominação da atividade denominada no planejamento de estágio de “classificação de documentos” para “ordenação dos documentos”, conforme as definições de Sousa (2008), uma vez que os dossiês foram ordenados conforme a determinação de um esquema classificatório, recebendo a devida identificação e codificação e arquivados em caixas arquivo.

Os documentos tratados tinham a determinação de guarda permanente, de acordo com a Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-Meio da Administração Pública (000 – Administração Geral; 002 – Planos, programas e projetos de trabalho: cinco anos em fase corrente, nove anos em guarda intermediária, Guarda permanente). Por isso, não foi necessária a separação do material de forma extensiva, apenas a inscrição do material tratado em listagem de recolhimento, a qual pode sofrer outras inclusões, visto que foi tratada apenas uma parcela do conjunto de documentos.

Aproposta de descrição também levou em conta a política institucional de descrição da Universidade Federal do Rio Grande, que tem instituído o Atom como software para a difusão das informações arquivísticas. Embora o Atom FURG esteja modelado conforme a ISAD-G, a descrição arquivística considerou as áreas da NOBRADE. A existência de uma área a mais na NOBRADE não apresentaria problemas na inserção de dados no Atom, mas exprime mais informações que poderão ser acrescentadas

futuramente, caso a nova área seja incluída.

Um dos desafios ao utilizar-se a descrição normalizada foi a correlação a ser realizada entre os níveis de descrição da norma e os níveis de classificação existentes na Classificação, Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-Meio da Administração Pública, uma vez que partem de codificações e denominações distintas. Entendeu-se que o Departamento de Oceanografia seria um conjunto documental fechado, algo como um subfundo. Entretanto, essa denominação não existe nem é adaptável na denominação utilizada pela NOBRADE. Assim, a correlação entre os níveis de classificação e descrição foi a seguinte (Quadro 1):

	<b>Nível de Classificação</b>	<b>Nível de Descrição</b>	<b>Observações</b>
Referência	Classificação e Temporalidade das Atividades Meio da Administração Pública Federal	Norma Brasileira de Descrição Arquivística	
	Não se aplica	Fundo: Universidade Federal do Rio Grande	Nível 1
	Não se aplica	Seção: Departamento de Oceanografia	Nível 2
	000 – Administração Geral	Subseção: Administração Geral	Nível 2,5
	003 – Planos de Atividades	Dossiê: Planos de Atividades	Nível 4
	Não se aplica	Item documental: Exemplos: -Carta de solicitação de intercâmbio, Quadro de Atividades, Quadro de atividades, Quadro de Atividades Docentes, etc.	Nível 5

QUADRO 1: Correlação entre níveis de classificação e níveis de descrição

Fonte: dados da pesquisa, 2016.

A atividade seguinte consistiu na descrição dos documentos, em que foi utilizada a Norma Brasileira de Descrição Arquivística – NOBRADE, de modo que os Onze dossiês foram descritos até o nível quatro (dossiê) e um deles até o nível cinco (item documental).

A descrição foi realizada do Geral para o particular, portanto, o primeiro a ser descrito foi o nível Fundo que foi a fundo FURG, após a seção do Departamento de Oceanografia, considerando a classe Administração Geral como subseção. A seguir, os dossiês, e, por último, os itens documentais.

Embora o paradigma de descrição pós-normalização e as descrições multinível possam parecer fazer a criação de instrumentos de pesquisa nos moldes tradicionais ter menos sentido, considerou-se que a criação de um instrumento impresso poderia servir aos propósitos de difusão do acervo e incentivo para estender o processo

descritivo aos demais documentos da seção.

Desta maneira, foi construído um catálogo seletivo, justificando-se o fato de agrupar os primeiros conjuntos de documentos de guarda permanente até então descritos na seção Departamento de Oceanografia do Fundo Universidade Federal do Rio Grande.

Neste panorama, escolheu-se a forma cronológica para a construção do catálogo seletivo dos onze dossiês planos de atividades do departamento de oceanografia.

Número de Identificação do Dossiê	Datas-limite	Status da descrição
Dossiê nº 1	1975, 1976	Até o nível Dossiê
Dossiê nº 2	1977, 1978	Até o nível Dossiê
Dossiê nº 3	1879, 1980	Até o nível Dossiê
Dossiê nº 4	1981, 1982	Até o nível Dossiê
Dossiê nº 5	1983, 1984	Até o nível Dossiê
Dossiê nº 6	1985, 1986	Até o nível Dossiê
Dossiê nº 7	1987, 1988	Até o nível Dossiê
Dossiê nº 8	1989, 1990	Todos os itens documentais
Dossiê nº 9	1991, 1992	Até o nível Dossiê
Dossiê nº 10	1993, 1994	Até o nível Dossiê
Dossiê nº 11	1995, 1996	Até o nível Dossiê

QUADRO 2: Identificação dos Dossiês Planos de Atividades do Departamento de Oceanografia da Universidade Federal do Rio Grande

Fonte: dados da pesquisa, 2016.

Entre as dificuldades encontradas na descrição dos dossiês, destaca-se a elaboração de pontos de acesso, uma vez que não foi realizado um trabalho extensivo de vocabulário controlado no conjunto de documentos, o que se acredita ser imprescindível devido à escassez de informações acerca deste fundo.

O catálogo seletivo foi criado em um arquivo em .PDF, contendo uma apresentação acerca de seus objetivos, uma explicação sobre o conteúdo e a metodologia de descrição, bem como as devidas descrições por dossiê e seus conteúdos, no formato NOBRADE.

Entre os documentos descritos na execução das atividades aqui narradas, destaca-se o projeto Parcel do Carpinteiro e o Projeto Administração Ambiental. O projeto de pesquisa sobre o Parcel<sup>3</sup> do Carpinteiro (Dossiê nº 7) trata de uma das primeiras medidas de exploração de uma área submarina localizada na plataforma continental gaúcha. Estudos sobre este parcel são realizados até os dias atuais e são objeto de estudo frequente de oceanógrafos e biólogos da universidade. O Projeto Administração Ambiental (Dossiê nº 8), por sua vez, culminou com a entrada da Universidade no projeto PROANTAR, que sacramentou definitivamente a entrada da Universidade no programa Antártico Brasileiro.

3. Parcéis são rochas que abrigam grande quantidade de vida marinha como corais e exemplares da fauna ameaçados de extinção.

Tais fatos registrados nos documentos do Departamento de Oceanografia reafirmam sua relevância para a Universidade e para o próprio município de Rio Grande, estreitamente ligada ao mar. A vocação da cidade para as atividades marítimas reafirma-se levando em conta que uma das principais fontes de emprego é o Porto Marítimo de Rio Grande, com seus terminais privativos que formam o porto organizado.

Nesse aspecto, Bellotto (2006, p. 37) afirma que os documentos de arquivo “justificam sua existência como tal, guardando essas documentos relações orgânica entre si”. Assim, considera-se que, mais do que patrimônio documental da universidade, os documentos em questão fazem parte do patrimônio da cidade do Rio Grande, pois, embora tenham nascido com uma especificidade e missão – preservar a memória educacional –, expandem-se para a preservação das memórias afetiva e cultural regionais.

## 5 | CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Constata-se, através destas intervenções, a importância do trabalho arquivístico e o quão prazerosa estas atividades podem ser quando se está focado e procura-se fazer o melhor, mesmo quando as condições não parecem estar totalmente a favor. Referimo-nos, neste caso, especialmente à questão do tempo destinado para estas tarefas. Entretanto, considera-se que os objetivos foram cumpridos e que o aprendizado foi concretizado junto a uma contribuição à sociedade, visto que cada dossiê contém documentos de suma importância para a memória da Universidade, da cidade e de toda sociedade.

Foi de fundamental importância o diálogo entre as considerações teóricas e o planejamento e execução das atividades, o que comprova a necessidade e utilidade da inter-relação entre teoria e prática, seja na Arquivística, seja em qualquer disciplina ou ciência social aplicada.

Ainda há diversos conjuntos de documentos aguardando por seu desvelamento e possibilidades de acesso intelectual, o que só é possível através da descrição arquivística. De qualquer modo, há muito a ser feito em relação a novas documentações que estão sempre chegando ao AG e faz-se necessário um trabalho contínuo entre estagiários, bolsistas e voluntários.

Em vista disso, é de suma importância enaltecer o trabalho das arquivistas que em seu labor diário prestam um grande serviço a toda a comunidade acadêmica e, ao fazer a organização e gestão deste patrimônio documental, permitem que historiadores, pesquisadores e a sociedade local possa se utilizar deste patrimônio.

## REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

\_\_\_\_\_. Classificação, temporalidade e destinação de documentos de arquivo relativos às atividades meio da administração pública. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Arquivo**: estudos e reflexões. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

\_\_\_\_\_. **Arquivos Permanentes**: tratamento documental. 4 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BRASIL. Universidade Federal do Rio Grande. Ministério da Educação. **Esantar FURG**. 2018. Disponível em: <<http://www.esantar.furg.br/>>. Acesso em: 15 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. Universidade Federal do Rio Grande – FURG. **Catálogo Geral 2013**. Rio Grande: FURG, 2013.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Arquivos. NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

BERNARDES, Ieda Pimenta; DELATORRE, Hilda. **Gestão Documental Aplicada**. São Paulo: Associação dos Arquivistas do Estado, 2008.

BOTTINO, Mariza. Os arquivos universitários no Brasil. IN: **A informação**: questões e problemas. Niterói: EDUF, 1995. p. 61-67.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAD(G): Norma geral internacional de descrição arquivística**: Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000.

DUCHEIN, Michel. DUCHEIN, M. O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. **Arquivo & Administração**, v. 10-14, n. 2, p. 01-16, 1986. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/11453>>. Acesso em: 15 Ago. 2018.

GONCALVES, Janice. **Como Classificar e Ordenar Documentos de Arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998.

LLANES PADRON, Dunia. Lá Descripción Archivística um Antes Y um Después Marcado por ISAD(G) y lós Nuevos Paradigmas Archivísticos. IN: VALENTIN, Marta Lúgia Pomin (ORG). IN: **Estudos Avançados em Arquivologia**. Marília: Oficina universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 155-180.

LOPES, Luis Carlos. **A Nova Arquivística na Modernização Administrativa**. 2. ed. Brasília: Projecto Editorial, 2009.

LOPEZ, André Porto Ancona. **Como Descrever Documentos de Arquivo**: Elaboração de Instrumentos de Pesquisa. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa oficial, 2002. 64p. (Projeto como fazer, 6).

MACHADO, Helena Corrêa; CAMARGO, Ana Maria de Almeida. **Como implantar arquivos públicos municipais**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1999.

SCHELLENBERG, Theodore Rousevelt. **Arquivos Modernos**: Princípios e técnicas. Tradução de Nilza Teixeira Soares. 6 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. A classificação arquivística como função matricial do que-fazer arquivístico. In: INNARELLI, Humberto Celeste.; SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de; SANTOS, Vanderlei Batista dos (Orgs) **Arquivística: Temas Contemporâneos**. DF: SENAC, 2008.

## **SOBRE A ORGANIZADORA**

**GUILHERMINA DE MELO TERRA** Com Pós-doutorado em Museologia, pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Portugal), Doutorado em Museologia, pela mesma Faculdade, Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia, pela Universidade Federal do Amazonas, Especialista em Docência do Ensino Superior, pela Universidade Católica Dom Bosco e Graduação em Biblioteconomia, pela Universidade Federal do Amazonas, Guilhermina Terra é professora Adjunta da Universidade Federal do Amazonas. Lotada no Colegiado de Biblioteconomia da Faculdade de Informação e Comunicação, atua tanto na graduação, quanto na pós-graduação. Membro aderente do MINON Internacional e ICOM-PT, bem como integra dois grupos de pesquisa, sendo um intitulado Grupo de Pesquisa CRISOL - Pesquisas e Estudos Culturais: Patrimônio & Memória, pela Universidade Federal do Maranhão, junto à Linha de Pesquisa Nova Museologia e Ecomuseus e o segundo grupo é intitulado Grupo de Estudo e Pesquisa em Ciência da Informação, pela Universidade Federal do Amazonas, sendo que se encontra em tramitação a criação do seu próprio Grupo de Pesquisa. Durante sua trajetória, a professora atuou como coordenadora do primeiro Curso de Especialização em Museologia da região Norte, oferecido pela Universidade Federal do Amazonas, no período de 2006 a 2007, bem como é membro do Conselho Editorial da Revista Analisando em Ciência da Informação – RACIN.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-342-2

